

NEOLIBERALISMO, ENSINO PÚBLICO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

João Henrique Lúcio de Souza¹

Edmaylsonn Jóia Leandro²

Walter Fabiano Santos Feitosa³

Janilton Vicente Ferreira⁴

RESUMO

Não nos parece um desafio simples compreender processos de construção social da categoria docente. Entendemos, portanto, que o docente é, em amplo sentido, sujeito social do trabalho. Docência é, essencialmente, trabalho (Marx, 2008), pois além de prover as condições materiais de existência, produz, ao mesmo tempo, a condição humana. O processo de trabalho é privilegiado nas relações homem/mundo, relações que instituem/são instituídas a (na) vida social, histórica, política, econômica e cultural. Entendemos que as análises pelo viés identitário, que caracteriza o professor, muitas vezes, dificulta à compreensão das análises que toma o trabalho do professor como central, principalmente nos contextos do mundo do trabalho e do modo de produção, para pensarmos os próprios rumos da profissão e desta categoria. Propomos aqui, um olhar para os professores como sujeito do trabalho, nas suas relações com o mundo do trabalho e interfaces com as experiências que constituem o *ser* docente em um cenário de crise, luta e precarização. Temos como desafio compreender processos e sujeitos, geralmente estudados em outras áreas do conhecimento, em uma perspectiva da Educação. Os professores são objetos/sujeitos comuns da pesquisa em Educação e o trabalho docente figura como tema recorrente no campo de estudos “Trabalho e Educação”. Este trabalho pretende-se trazer uma leitura teórica e de experiência pessoal no âmbito do trabalho docente e suas transformações no processo de intensificação do neoliberalismo.

Palavras-chave: Trabalho, Docente, Neoliberalismo, Educação.

INTRODUÇÃO

Não nos parece um desafio simples compreender processos de construção social da categoria docente. Entendemos, portanto, que o docente é, em amplo sentido, sujeito social do trabalho. Docência é, essencialmente, trabalho (Marx, 1968), pois além de prover as condições materiais de existência, produz, ao mesmo tempo, a condição humana. O processo de trabalho é privilegiado nas relações homem/mundo, relações que instituem/são instituídas a (na) vida social, histórica, política, econômica e cultural. Entendemos que as análises pelo viés identitário, que caracteriza o professor, muitas vezes, dificulta à compreensão das análises que toma o trabalho do professor como central, principalmente nos contextos do

¹Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, souzajhl@yahoo.com.br;

²Mestre em Ensino de Biologia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, edmaylsonnjoia@hotmail.com;

³Mestrando em Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, wfabianow@hotmail.com;

⁴Especialista em Ensino de Matemática pela Universidade de Pernambuco - UPE, jvfsertania@gmail.com;

mundo do trabalho e do modo de produção, para pensarmos os próprios rumos da profissão e desta categoria.

Nossa proposta é olhar os professores como sujeito do trabalho, nas suas relações com o mundo do trabalho e interfaces com as experiências que constituem o *ser* docente em um cenário de crise, luta e precarização. Esta pesquisa nos traz como desafio compreender processos e sujeitos, geralmente estudados em outras áreas do conhecimento, em uma perspectiva da Educação. Os professores são objetos/sujeitos comuns da pesquisa em Educação e o trabalho docente figura como tema recorrente no campo de estudos “Trabalho e Educação”. Pretendemos trazer uma leitura teórica e de experiência pessoal no âmbito do trabalho docente e suas transformações no processo de intensificação do neoliberalismo.

O processo de precarização do trabalho docente tornou-se uma questão crucial na vida do professor a partir da junção e da sobreposição das características: empobrecimento, intensificação do trabalho e instabilidade. Tais características ao se relacionarem, evidenciam o cenário material do trabalho docente em sintonia com a conjuntura neoliberal no Brasil e no estado de Pernambuco (SOUZA, 2020). Estas características do trabalho se relacionam com outras questões, como as condições laborais críticas (materializadas, por exemplo, no aumento de número de alunos por sala), a cultura avaliacionista pautada na “qualidade total” e na meritocracia, tornando-o mais precário a cada dia, além da violência nas escolas.

Na ponta do processo, o desânimo, a impotência, o cansaço e as doenças emergem como resultados massivos, embrenhados em meio às lutas que ora aquecem, ora adormecem na dinâmica social docente. A questão da precarização torna-se central para entendermos como se articularam os elementos, os meios e os fins, na educação e no trabalho docente em Pernambuco, dentro do processo de consolidação das políticas neoliberais. A precarização também se apresenta e se reproduz nas consequências, mas é em suas características que compreendemos sua dimensão política, de projeto a ser desvelado.

No Brasil e, mais especificamente no Estado de Pernambuco, nosso universo empírico, essa precarização começou a ganhar seus atuais contornos por meio do arrocho salarial a partir dos anos 1980, gerando a necessidade de ampliação de jornadas e empregos por parte dos professores, a flexibilização dos contratos de trabalho (também datada dessa década) e se acirrou, mais recentemente, nos idos de 1990, por meio da flexibilização e desregulamentação dos direitos dos trabalhadores em Educação no que tange desde o acesso aos direitos trabalhistas, às licenças por motivo de saúde até as garantias do processo de atribuição de aulas, seleção e remoção de servidores.

O tema abordado nesse artigo não é nenhuma novidade. Constantemente são evidenciadas notícias que mostram a docência como uma profissão em profunda crise. O cenário de crise entendida como “conjunto de dispositivos discursivos, institucionais, políticos, jurídicos e econômicos que formam uma rede complexa e movediça, sujeita a retomadas e ajustes em função do surgimento de efeitos não desejados, às vezes contraditórios com o que se buscava inicialmente” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 384) se apresenta pela quantidade de abandonos da docência, pelo aperto nos salários, pelo aumento nas jornadas de trabalho, pela quantidade de professores contratados de forma temporária, e também pelos discursos, desabafos e gestos dos professores.

O processo de precarização do trabalho docente se materializa na ausência de professores formados na área específica que ensina na falta de formação continuada, na rotatividade de professores ministrando aulas de uma mesma disciplina durante o ano letivo gerando uma despolitização do ato de aprender e ensinar e no tratamento dispensado as disciplinas pelas escolas, colocando-as apenas como um mecanismo de complemento de carga horária de professores, caracterizando a baixa qualidade no processo de ensino-aprendizagem. Somando-se à situação, os professores estão cada vez mais suscetíveis à violência sistemática. São cada vez mais frequentes as notícias de violência contra professores, seja por parte de alunos, de pais e até da polícia, na repressão quase sempre violenta dos movimentos organizados pela categoria.

Pensamos que essa última década é essencial para entender a dinâmica do trabalho docente, pois, segundo Freitas (2018) ela mostra que as reformas educacionais em curso são totalmente dependentes de uma concepção de educação baseada na defesa do livre mercado. Freitas (2018) também revela que é nessa década que cresce o fortalecimento do discurso de que a qualidade da educação depende da inserção das escolas, professores e estudantes em um mercado concorrencial sem interferência do Estado.

Dardot e Laval (2016) complementam que “o novo modelo escolar e educativo que tende a se impor está fundamentado, inicialmente, na sujeição mais direta da escola à razão econômica” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 03). Deriva daí o conjunto de recomendações que propõem privatizar a educação (por terceirização e/ou vouchers) e instalar processos de padronização da educação através da dinâmica entre base nacional comum curricular, sistemas de avaliação baseados em testes censitários e responsabilização meritocrática como indutores da inserção da educação no mercado (FREITAS, 2018).

Uma escola inserida no mercado também se converte em espaço de geração de lucro. Grupos financeiros disputam o controle de escolas pertencentes a operadoras

terceirizadas, com ou sem fins lucrativos expressos. O controle financeiro dessas cadeias é negociado nos mercados globais e o risco de sua subordinação aos interesses de mercado e de uma desnacionalização da formação da juventude do país é real. Essas são as forças mais danosas a precarização e desnorreamento do trabalho docente no Brasil e em Pernambuco.

TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E ENSINO PÚBLICO

Ao compreendermos o trabalho como um processo educativo, observamos seu caráter positivo, pois, através dele, o homem age sobre a natureza produzindo sua existência e se alçando à condição de ser genérico. Esse trabalho torna-se, portanto, “[...] a objetivação da vida genérica do homem: quando se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele” (MARX, 1968, p.85), ou seja, o homem torna-se livre, consciente e racional, busca-se sua emancipação. O trabalho é, portanto, a categoria fundante do ser humano. Sérgio Lessa (1999) contribui para compreendermos a dialética do trabalho na constituição da humanidade e potencialidade dos sujeitos, ao acrescentar que “todo ato de trabalho resulta em consequências que não se limitam à sua finalidade imediata. Ele possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torne cada vez mais desenvolvida e complexa” (LESSA, 1999, pp. 25-26).

Em um segundo sentido, de onde se opera a caracterização da sociedade capitalista, há o sentido abstrato do conceito, na sua dimensão histórica, onde o trabalho aparece como aviltante e estranhado, ou seja, o trabalhador, enquanto sujeito explorado por outro sujeito em função do seu trabalho e seu tempo de trabalho é desprovido do próprio produto dele, que será apropriado pelos donos do meio de produção e, portanto, expropriado de suas potencialidades de humanização e desenvolvimento pelo trabalho. Marx alertava para essa condição ao dizer que:

A alienação não se revela apenas no resultado, mas também no processo da produção, no interior da própria actividade produtiva. Como poderia o trabalhador estar numa relação alienada com o produto de sua actividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio acto da produção? (MARX, 1968, p. 161).

Em outras palavras, num sistema estabelecido pela divisão social do trabalho, pela sociedade de classes, o ser social é expropriado de sua condição ontológica para ser explorado enquanto produtor de mercadorias, de mais-valia, valor de uso e valor de troca, alienando e estranhando-se de sua própria condição humana genérica (MARX, 1968). O trabalho, nesse

último sentido, manifesta-se como processo de coisificação da potencialidade humana, estabelecendo, desse modo, a alienação. Marx continua dizendo que:

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objecto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objecto se torna uma força hostil e antagônica (MARX, 1968, p. 160).

É preciso reiterar que esta perspectiva se coloca em virtude de uma nova organização do trabalho engendrada a partir dos anos 1970, em resposta à crise do capital (nos seus limites de capacidade de acumulação) e geradora da flexibilização e precarização do trabalho, pelo retorno das políticas econômicas liberais (agora adotadas como neoliberalismo) e corporificadas principalmente nas experiências inglesas com Margareth Thatcher, Ronald Reagan nos Estados Unidos e, em diferentes níveis, no Chile pós-Allende.

No âmbito produtivo, esta nova organização preconiza o progressivo desmonte das estruturas fordistas lineares para a emergência dos modelos japoneses, ou mais conhecidos como toyotistas, na organização do trabalho. O toyotismo pede uma produção racionalizada e um trabalhador que desenvolva múltiplas competências e afazeres, que se comprometa amplamente (para compartilhar resultados) e se cobre por meio de metas e de qualidades a serem atingidas. Esse processo recebe forte aparato de controle, pela imposição de uma cultura avaliacionista, e promove ainda um desmantelamento das identidades do trabalhador especialista, vertical, rumo a um trabalhador horizontal que, por sua vez, perde, inclusive, a identidade de trabalhador, ganhando novas representações tais como colaborador (ANTUNES, 2004).

Foi nesse contexto que Pierre Bourdieu (1998) dedicou um estudo sobre a precarização denominado “A precariedade está por toda a parte”, declarando que ela estaria no setor privado e também no setor público, nos mais diversos tipos de organizações, sendo que nesses locais se observava a crescente ocorrência de empregos temporários e por tempo parcial (Bourdieu, 1998). A evidente expressão de denúncia deste texto revela a preocupação do autor com os efeitos que estariam gerando nas vidas de homens e mulheres que passam por tais situações de incertezas sobre o futuro.

Com efeito, a identidade destes homens e mulheres no mundo do trabalho toyotista é sempre menos a de trabalhador e mais a de indivíduo (a de consumidor), categorizados por nichos, como gênero e etnias que, no entanto, numa perspectiva estrutural, cumprem um papel mais publicitário que de identidades afirmativas. O conceito de cidadão, produzido no padrão

de acumulação toyotista e adotado no neoliberalismo, fica, portanto, limitado a estes aportes individuais identitários.

Essa insegurança e a ameaça permanente de desemprego inviabilizam a mobilização destes trabalhadores que passam a ser movidos exclusivamente pela racionalidade econômica. É com base nesse contexto, em que o trabalho se torna algo raro e desejável a qualquer preço, que Bourdieu afirma que os trabalhadores ficam submetidos aos empregadores. Além disso, afirma que a precarização atua diretamente sobre os trabalhadores que são afetados, impedindo-os de se mobilizarem, e também indiretamente sobre os demais trabalhadores, devido ao medo do desemprego (Bourdieu, 1998).

Além disso, esse processo produtivo também produz o trabalhador que não está trabalhando, e, com efeito, a sua política econômica intrínseca, isto é, o neoliberalismo, é caracterizado pelo que se denomina de desemprego estrutural, ao concentrar e lançar mão da massa de homens e mulheres que, embora classe trabalhadora, esteja à margem do mundo do trabalho, por não ter emprego dito formal, para, entre outras coisas, arrochar os salários no serviço público e sustentar os ideários de meritocracia e flexibilidade. A insegurança e a instabilidade conformam essa nova identidade, este novo trabalhador, nesta nova etapa da história.

A era do capitalismo globalizado torna-se cada vez mais complexa, o que exige o necessário enfrentamento de seu poder destruidor e de suas mazelas assim traduzidas: as altas taxas de desemprego decorrentes de fatores estruturais; a intensificação do ritmo do trabalho; crescimento do trabalho temporário e de tempo parcial; o trabalho precarizado; a subcontratação de trabalhadores. Além das perdas reais de salários dos trabalhadores que permanecem empregados, há a eterna ameaça da perda do emprego – o medo de ser demitido (NETO, BARROS, JUNIOR e MARIANO, 2011, p. 43).

Assim, tanto o processo de reformulação capitalista quanto seus interlocutores teóricos e midiáticos provocaram uma tentativa de invisibilidade do trabalhador como sujeito central do processo produtivo, bem como o trabalho como eixo central de produtor da vida (ainda que seja o trabalho aviltante), se inserindo em um modo de dominação do tipo novo, que tem sua base na situação de insegurança generalizada e permanente, que resultam na submissão e na aceitação da exploração por parte dos trabalhadores, e que teria uma gestão racional da insegurança (BOURDIEU, 1998). Claro que, com isso, espera-se também a fragmentação e desmobilização da luta dos trabalhadores. Bourdieu (1998) defende a possibilidade da luta política contra esse regime, em que aconselha a “encorajar as vítimas da exploração, todos os possuidores atuais e potenciais de empregos precários, a trabalhar em comum contra os

efeitos destruidores da precariedade” (Bourdieu, 1998, p. 75), bem como a mudança na lógica das antigas lutas dos trabalhadores.

Observa-se ainda que tais premissas não se limitam às pesquisas acadêmicas para um forjar de novas “centralidades” ou preocupações, mas no próprio cotidiano, onde se refletem e se reproduzem. O modelo de acumulação toyotista e a política neoliberal que legitimam o redirecionamento das classes para os indivíduos e deslocam a centralidade do trabalho é amplamente ideológico. De um lado, quando assistimos às telenovelas, filmes, e aos telejornais, por exemplo, em regra geral, as experiências e tramas dramáticas da indústria cultural não representam os trabalhadores, ou cenas de homens e mulheres trabalhando de forma sistemática. O trabalho e a identidade de ofício aparecem minimamente e de forma fragmentada à trama, assim como as notícias jornalísticas. Quando há a representação do trabalho nas esferas midiáticas, ele parece ocupar um tempo e um espaço na vida dos sujeitos muito menor do que é realmente.

Por outro lado, é possível afirmar que nunca se viu tantos automóveis a circular nas cidades e estradas como no último decênio. Nunca foi tão fácil adquirir e trocar telefones celulares e outros aparelhos portáteis e descartáveis, de informática e telecomunicação. São feitos como, onde e por quem? São produzidos por meio do trabalho industrial que, embora supermecanizado, ainda preconiza a atividade humana em massa. Assim, não há como aceitar que somos pós-industriais ou vivemos na sociedade pós-sociedade do trabalho, porque essa afirmação não se realiza na materialidade da sociedade em que vivemos, concretamente. Ainda produzimos pelo trabalho. Ainda nos produzimos pelo trabalho, conforme corrobora Ricardo Antunes:

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso (...) não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias (...). As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção (ANTUNES, 1999, p. 79).

O que a Sociologia do Trabalho não nega, no entanto, são as metamorfoses a que se submetem os mundos do trabalho e dos trabalhadores e os limites que se colocam para pensar este mundo do trabalho e dos trabalhadores. Dessa forma, a Sociologia do Trabalho também se abriu e contemplou categorias pares ao trabalho tradicional. Ou seja, com o debate e a suposta crise, a Sociologia do Trabalho pode refletir acerca da categoria do trabalho como importante, central, mas não solitária, homogênea ou exclusiva.

O trabalhador deixou de ser considerado apenas como aquele sujeito da rotina fabril, produtor de mais-valia, e foram englobados, à sociologia recente do trabalho, os trabalhadores sem trabalho, os trabalhadores sem salário (escravos, camponeses), os trabalhadores em suas diversidades e peculiaridades, porque constituem a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1999) não obstante as condições que se colocam, e em diversos espaços e temporalidade. E o trabalho, nesta perspectiva, não é apenas o trabalho da fábrica ou o trabalho industrial.

NEOLIBERALISMO E ENSINO PÚBLICO

Atualmente, a economia parece caminhar, irresistivelmente, no sentido de um sistema neoliberal, extremo e globalizado. Globalizado no sentido de “uma nova forma de acumulação e regulação do capital que, agora, se constitui, em sentido pleno, como sistema mundial, com uma capacidade de ação cada vez mais independente” (IANNI, 1997, p. 45) em relação aos mercados nacionais. O que pode ser qualificado como a passagem da internacionalização para a transnacionalização do mercado mundial? Os mercados financeiros transnacionais assumem a liderança do processo de tal modo que a valorização do dinheiro se faz a grande meta de todas as decisões econômicas, sociais, políticas, etc. Segundo “na base da internacionalização do capital estão a formação, o desenvolvimento e a diversificação do que se pode denominar ‘fábrica global’” (IANNI, 1997, p. 42). O mundo transformou-se na prática em uma imensa e complexa fábrica, que se desenvolve conjugadamente com o que se pode denominar “shopping center global”. Neste sentido, Apple (2005), um dos grandes estudiosos sobre o currículo escolar, apresenta-se também como um crítico às interferências e impactos das políticas neoliberais sobre a educação (APPLE, 2005), na apresentação do livro “Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo”, Regina Leite Garcia afirma que o autor, neste trabalho

[...] retoma as preocupações e os compromissos com a luta por uma escola de qualidade para todos, sintonizada com a luta por uma sociedade mais democrática e solidária, capaz de participar da construção de uma globalização por baixo, em oposição à globalização por cima, cujos resultados desastrosos penalizam a classe trabalhadora e todos e todas que se insurgem contra a subalternização da qual são vítimas. (APPLE, 2005, p. 9-10)

Essas novas situações estruturais, por seu turno, revelariam suas consequências, gerando novas conjunturas sociais, econômicas e políticas, que criam perspectivas e incertezas, como a crescente desregulamentação das relações de trabalho, a subordinação dos mercados nacionais aos imperativos da acumulação capitalista monopolista - onde recentes crises econômicas são provas efetivas da face perversa da globalização e do absolutismo do

mercado, a ele se outorgou a sorte dos seres humanos e do meio ambiente -, a flexibilização das leis que asseguram os direitos sociais, o tratamento dado ao capital estrangeiro em detrimento dos capitais nacionais, a perda de espaço econômico das pequenas e médias empresas, a perda da autonomia econômica e da soberania política dos Estados nacionais, ante os que controlam em escala global, os investimentos diretos. As incertezas se revelam, no desemprego crescente, na instabilidade que paira sobre as políticas de seguridade social na ausência, cada vez maior, de políticas sociais e/ou restrições de investimentos na área social e nos inúmeros problemas que advêm das aceleradas alterações, na configuração política mundial, fazendo com que “o “homem flexível” e o “trabalhador autônomo” constituem, assim, as referências do novo ideal pedagógico (LAVAL, 2004, p. 03)”.

Nessa lógica, e, para demonstrar como a ideia de mundo neoliberal vem sendo avassaladora para a educação, Apple (2005) traz o exemplo da Lei do Ensino Fundamental e Médio, conhecida como *No Children Left Behind* (nenhuma criança será deixada para trás), assinada em 2002 por Bush, então presidente dos Estados Unidos. Esta legislação estabelece testes a fim de mensurar se as escolas estão conforme os padrões estabelecidos pelo Estado e responsabiliza as escolas que não funcionam conforme estes padrões pelo seu fracasso reiterado. A escola que não obtiver êxito nos testes por quatro anos seguidos, pode chegar ao quinto ano consecutivo de fracasso a ser solicitada a fazer mudanças na sua gestão, o que pode incluir se transformar em uma fundação-escola, com o Estado assumindo o controle, ou passar a sua administração para uma escola privada, é “a educação, na época neoliberal, visa, ao contrário, à formação do assalariado ou, mais geralmente, do “trabalhador” cuja existência parece se reduzir a utilizar conhecimentos operacionais no exercício de uma profissão especializada ou de uma atividade julgada socialmente útil” (LAVAL, 2004, p. 43).

Mészáros indica que “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudanças” (MÉSZÁROS, 2005, p. 25). Nesse sentido, não é possível mudar a escola, mantendo intacta a estrutura de preservação do sistema de capital.

Apple chama a atenção para a forma como a reforma define fracasso e sucesso, que não foi bem aceita por alguns estados e distritos estadunidenses, o que provocou rebeliões e muitas reclamações, focando mais o olhar para o ponto da legislação, uma vez que para ele “[...] trata-se de um elemento-chave, já que costura exigências de medidas de grande responsabilidade, com uma abertura ainda maior para os financiamentos à educação privada” (APPLE, 2005, p. 26). Neste ponto fica evidente a mercantilização da educação, já que esses

critérios favorecem a privatização do ensino. Para Mészáros (2005), é necessário romper com a lógica do capital se quisermos uma educação diferente da que temos hoje. Não adianta buscarmos soluções para a educação dentro das bases do sistema capitalista, nem tentar reformular o sistema, a única alternativa seria uma mudança radical, ou seja, mudar o sistema político e econômico vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É neste horizonte de crescimento da onda global do neoliberalismo, que Paulo Freire (1997, p. 122) alude sobre o sistema capitalista que atinge no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua “maldade intrínseca”, que Mészáros (2005) argumenta a partir da alienação da educação, ao passo que ela é apresentada como forma de instauração e manutenção do sistema capitalista, e, Apple (2005) enfatiza que o processo de mercantilização da educação é um fenômeno que vem se alastrando pelo mundo e tem alterado o senso comum da população.

As novas bases que caracterizam a produção, a economia e a doutrina política trazem profundas transformações e consequências para Educação, em geral e, de modo mais específico, para o professor - fato que a determina a um posicionamento, de forma clara, com relação aos desdobramentos da nova ordem mundial para a área educacional, que se traduzem, no plano ético-político, por uma tendência a se transferirem as questões relativas ao ensino do campo sociopolítico para o Mercado, transformando a ação, o ato de educar, numa mercadoria, e, no plano teórico-epistemológico, por uma tendência à subordinação do educativo - dos processos de conhecimento - à lógica da produção mercantil.

A nossa proposta de projeto constitui hoje um terreno fértil de possibilidades no trabalho com os sujeitos e com as fontes, na pesquisa onde o objeto a ser desvendado também pode trazer luz a novas formas de apreensão e compreensão da realidade, sob o exercício da dialética, da pluralidade e da sensibilidade. Estamos sugerindo que na nossa pesquisa tentaremos reconhecer as estruturas e condições materiais do processo histórico de constituição do trabalho docente em Pernambuco ao passo que abordaremos as formas pelas quais os sujeitos, homens e mulheres reais, encarnados, experimentaram e deram sentidos a ele. Pesquisaremos as dinâmicas sociais e as formas como os professores viveram esse processo, o alteraram e, dialeticamente, tornaram-se, também fruto dele, por estar preso as amarras e as políticas neoliberais que regem o mundo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs.) **O Averso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez / UNICAMP, 1999.

APPLE, Michael. **Para além da lógica do mercado – compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Trad. Gilka leite Garcia, Luciana Axhe. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** — saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. O neo,liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LESSA, Sergio. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Brasília: CEAD, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, v.1. 23.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2005.

NETO, Cacildo; BARROS, Jaqueline; JUNIOR Reginaldo, MARIANO, Valquíria. Capitalismo contemporâneo, crise burguesa e o trabalho profissional do assistente social: dilemas, desafios e resistências. In **Revista Debate & Sociedade**. Uberlândia. Vol 1. nº 1, p. 40-54, 2011.